

REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, ESCOLAR E FAMILIAR.

Maria Eduarda Leão Barbosa ¹
Sandra Cristina da Silva ²

RESUMO

O sexismo ou discriminação de gênero tem sido um tema frequentemente discutido na atualidade, mas somente em 1988 que a igualdade de gênero foi promulgada no Brasil. A partir de uma análise bibliográfica, este estudo objetiva identificar como a escola e a família, que são os primeiros ambientes de socialização do indivíduo, contribuem para continuar disseminando a prática do sexismo que é algo secular, por isso, o presente estudo também traz um breve relato histórico acerca do tema. Uma sociedade que historicamente rotula as mulheres como frágeis e sensíveis, coloca os homens como provedores, trouxe e continua trazendo dificuldades para a vida das mulheres, seja através do acesso aos espaços educacionais, que por muito tempo eram extremamente escassos para as mulheres, ou até mesmo nas violências sofridas de diversas formas, seja psicológica, física, emocional, moral ou patrimonial. Esta pesquisa conclui que toda essa estrutura patriarcal é reproduzida de forma simbólica, ou seja, quem sofre não sabe que está sofrendo a violência, quem pratica não sabe que está praticando, pois, a dominação masculina é algo estrutural. Na atualidade, as mulheres já conseguem ocupar os espaços, exercer cargos, mas percebe-se que os esforços são bem maiores que os homens, as pessoas do gênero feminino precisam constantemente provar que são capazes, toda isso é um reflexo de tudo que é reproduzido pela escola, família e educadores. A partir desse estudo, fica a necessidade de mais estudos sobre o tema e de ações que quebrem os estereótipos impostos pela sociedade em detrimento do sexo, que as vozes e os corpos possam ser respeitados no contexto escola-família, formando então uma geração de adultos mais preparados para lidar respeitosamente com a diferença de gênero, esperando uma diminuição das dificuldades sofridas pelas mulheres em diversos contextos.

Palavras-chave: Sexismo, Gênero, Escola, Família, História.

INTRODUÇÃO

O sexismo ou discriminação de gênero, nada mais é que o preconceito baseado no gênero ou sexo de um indivíduo. Um problema histórico, que permeia várias gerações e afeta principalmente mulheres.

As práticas sexistas se dão desde o nascimento dos bebês até a vida adulta, de várias maneiras, a partir de uma lógica patriarcal que coloca as mulheres como seres frágeis, biologicamente inferiores aos homens. Historicamente, as meninas são estimuladas às práticas

¹ Graduando do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, eduardaleaobarbosa@gmail.com

² Professora Orientadora, Dr^a. Sandra Cristina da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, sandra.cristina@ufpe.br



do cuidar, servir, bordar, enquanto os meninos são estimulados a praticar atividades de luta, a experiência livre do ambiente. Essas práticas propiciam o fortalecimento da cultura patriarcal, do machismo, dos estereótipos, tendo influência direta nas funções sociais ocupadas pelas mulheres, que estabelecem modos, códigos e condutas de acordo com o sexo, perpassando diversas fases da vida das mulheres.

Diante disso, o presente artigo visa investigar como se dá a reprodução da desigualdade de gênero a partir de uma perspectiva histórica, escolar e familiar, tendo por objetivos específicos: 1) Compreender os processos históricos que cultivaram o sexismo. 2) Versar sobre o papel da família na reprodução sexista. 3) Entender como a escola e os docentes contribuem para a desigualdade de gênero.

Sendo a família e a escola grupos sociais relevantes na educação e formação de futuros adultos, a partir do sobredito, este trabalho busca pela resposta da seguinte problemática: De que maneira a família, a escola e os professores contribuem para a manutenção da cultura sexista?

METODOLOGIA

Este estudo trata sobre a reprodução da desigualdade de gênero sob um olhar histórico, escolar e familiar. O caminho metodológico adotado se dará por abordagem qualitativa. Visto que, segundo Silveira e Córdova (2009, p. 32) “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de conceitos de estudiosos das categorias analíticas, como Beauvoir (1967), Freire (1996), Safiotti (2009), Brandão (2002), Louro (1997), Saviani (2008), Bourdieu e Passeron (1975), dentre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 MACHISMO E DESIGUALDADE DE GÊNERO: UM OLHAR HISTÓRICO

Brandão (2002), destaca que toda comunidade humana onde exista uma severa divisão social do trabalho entre classes desiguais, em que o exercício social do poder não é centralizado

por uma camada como um Estado, há a educação sem ter escola e há a aprendizagem sem a instrução especializada e formal, tal como uma prática social distinta das demais.

Uma ação de separação considerada universal, onde a idade próxima à adolescência, meninos e meninas são isolados do resto da tribo e formados por educadores definidos entre todos da comunidade para cumprir este posto, do qual os meninos saem jovens-adultos e guerreiros, e as meninas, moças preparadas para possuírem um homem, uma casa e alguns filhos. Brandão ressalta ainda, que até aqui, o espaço educacional não é escolar. É o lugar de vida e trabalho.

No período pós independência do Brasil, surge o discurso da educação como um meio de modernização do país. Em meados de 1827, o Brasil decreta uma lei educacional que previa meninos e meninas estudando separados e currículos diferentes.

As escolas de primeiras letras se estabelecem em vilarejos mais populosos do império, em um cenário escravocrata, latifundiário e coronelista, em que a política silenciava crianças e mulheres e as escolas eram em maioria para meninos. Existiam escolas congregacionais e religiosas femininas ou masculinas; Escolas mantidas por leigos, onde os professores eram das classes de meninos e professoras para classes de meninas. Os professores, por sua vez, deveriam ser considerados de moral inabalável, descentes e saudáveis, sem mácula social, para que as famílias pudessem os confiar seus filhos. O trabalho desses mestres era diferente. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações e a doutrina cristã era currículo comum para meninos e meninas; contudo, havia uma diferenciação: os meninos, podiam aprender noções de geometria; no entanto, as meninas aprendiam bordado e costura. (SAFIOTTI, 2009)

Com a regulamentação da lei de instrução pública do ensino das “pedagogias”, as mulheres, que só tinham acesso a esse nível, seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos de ensino pela honestidade, prudência, dignidade e habilidades de coser e bordar.

Segundo um relato de 1849, de um marinheiro norte-americano, chamado Barra, contado por Mirian Moreira Leite, a educação de meninas órfãs e abandonadas consistia em aprender a ler, escrever, aritmética, costura e outras áreas do trabalho cotidiano. O relato diz ainda que os moços costumavam visitar os asilos de órfãs afim de procurar esposas.

Rago (2018), reforça que após a virada do século, grupos socialistas e anarquistas expressaram propostas educacionais, as cumprindo através da criação de escolas. Além disso, davam importância à educação feminina, acreditavam que a instrução servia como uma ‘arma privilegiada de libertação’ para a mulher, tratavam da inclusão feminina no movimento operário e na sociedade.



Ao mesmo passo, as meninas oriundas de grupos sociais privilegiados tinham acesso ao ensino da literatura, escrita, matemática básica, Piano, francês, que geralmente eram ensinadas por professoras particulares em suas próprias casas ou em escolas de cunho religioso. As criadas e serviçais ficavam responsáveis por ensinar habilidades com agulhas, bordados, rendas, culinária. O comando da casa, as atribuições domésticas, a educação dos filhos eram o destino das mulheres, para isso foram preparadas.

O pensamento e as formas de educação feminina nessa sociedade eram diversos. Sob diferentes pontos de vista, o discurso era: “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. Acreditavam que não havia necessidade de mobiliar a cabeça da mulher com informações e conhecimentos, que o destino era ser mãe e esposa, para isso a exigência era moral.

A educação feminina não se justificava pelos próprios anseios e necessidades, mas em detrimento da atuação social de educar os filhos, o que era, na língua republicana, uma responsabilidade de formar cidadãos. Tal justificativa já estava exposta na primeira lei de instrução pública do Brasil, de 1827:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas.

2 REPRODUÇÃO DO SEXISMO NA FAMÍLIA

Para Beauvoir (1960), a hierarquia dos sexos se dá primeiro na vivência familiar. A passividade da mulher “feminina” é desenvolvida nos primeiros anos de vida, não se trata de algo biológico, mas de algo que é imposto pelos educadores e pela sociedade.

Para os meninos, as possibilidades são muitas, experimentam de forma livre o movimento com o mundo, rivaliza-se em rudeza e em independência com outros garotos, rejeita as meninas. Experimenta jogos, esportes, lutas, desafios, provas, ao mesmo passo que passa por provas severas de violência; aprende a receber pancada, a fazer graça da dor, a reprimir lágrimas da primeira infância.

Pais e avós disfarçam mal a preferência de um homem a uma mulher; ou expressam mais afeição pelo irmão do que pela irmã: investigações mostraram que a maioria dos pais preferem ter filhos a filhas. Mencionam os meninos com mais gravidade, estima reconhecimento de direitos; os meninos, por sua vez, desprezam as meninas; brincam juntos, mas as meninas não são admitidas aos grupos e ainda são insultadas. (BEAUVOIR, 1960).



Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 1960, p. 9).

Louro (1997), diz que gênero significa “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença”. Pois ao estabelecer um conceito que denota características sexuais, atrela o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico, ou seja, a segregação social e política, que resultou na invisibilidade. A partir disso, reconhece-se que homens e mulheres não nascem bons ou maus, afastando a polarização entre os sexos.

Soares (2008) expõe o quão fundamental as famílias são para analisar as relações de gênero, de onde funções, papéis e comportamentos modelam a organização familiar. As meninas tem a mãe como figura referencial da família, responsável por cuidar das filhas, organizar as casa e afazeres domésticos. Este fato aponta para a demonstração dos arranjos familiares em que as crianças estão inseridas são reproduzidos em suas brincadeiras.

É exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. (SAFIOTTI, 2009).

3 ESCOLA E EDUCADOR:

Mattioda (2007, p. 01), “De formas diferentes e engendradas por uma complexa rede de poder, o processo de formação de gênero está encerrado nos discursos e nas práticas representativas das instituições”.

Segundo Saviani (2008), a escola é apontada como discriminadora e repressora, uma vez que seu papel é reproduzir a sociedade de classes, fortalecer e manter o modelo capitalista.

A Teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica, de Bourdieu e Passeron (1975), trata da violência exercida de forma inconsciente, em cumplicidade tácita dos que exercem e dos que sofrem.

A violência simbólica pode se apresentar de diversas formas, contudo, Bourdieu e Passeron visam o sistema escolar, trazendo elementos para a teoria do sistema de ensino, que se baseiam na violência simbólica, tais elementos trabalham entre si para realizar um processo de inculcação de princípios de um arbitrário cultural: 1) Ação Pedagógica (AP). 2) Autoridade



Pedagógica (AuP). 3) Trabalho Pedagógico (TP). Admitindo Bourdieu (1998, p.15), quando conceitua sobre dominação simbólica:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos.

A partir da educação infantil, a escola se estabelece como um dos espaços primordiais de formação de meninos e meninas, estabelecendo o que se deve ou não fazer, através de regimentos, limitação dos espaços e controle do tempo. (FINCO, 2003).

Nos últimos anos, a discussão sobre as relações de gênero passam a ser de interesse da educação infantil, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil demonstram relevância ao estabelecer que as propostas pedagógicas garantam a formação de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (Brasil, 2010, p. 17).

Freire (1996) aponta que mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados, que a consciência gera a educabilidade. Portanto, ao tratar de gênero e diversidade, o papel do educador é de provocar essa consciência de inacabamento, a vontade de desconstruir de preconceitos, afim de propiciá-lo educabilidade. O educador acredita que os sujeitos aprendem e crescem na diferença, no respeito a ela, tornam-se éticos.

Se deve ensinar os educandos a pensar certo, isso significa que devemos fazer e viver enquanto dele se fala com força de testemunho, e afirma, quem pensa certo rejeita toda forma de discriminação:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam negros, dos que inferiorizam as mulheres. (FREIRE,1996 p.36)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sexismo tem se propagado durante toda a história da humanidade, mulheres sempre foram tidas como “o sexo frágil”, consideradas aptas apenas para o trabalho doméstico,

o cuidado e a família, consideradas referencial de ternura, delicadeza e amorosidade. Meninas ganham brinquedos que remetem ao cuidado do lar, fogão, vassouras, panelinhas e acessórios ligados à rotina doméstica, ficando evidente que não só a família, mas a indústria de brinquedos também alimenta a diferença de gênero. Meninos são super heróis, exploram o mundo livremente, mas não podem demonstrar fragilidades, são levados a entender que chorar e ficar triste não é coisa de homem, que demonstrar sentimentos os tornam fracos. No entanto, vale ressaltar o que diz Vianna e Ridenti (1998):

[...] gênero começou a ser utilizado como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos, de insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseada sobre o corpo, e de destacar o caráter relacional das distinções normativas de feminilidade e da masculinidade, isto é, mulheres e homens passam a ser definidos em termos recíprocos. Gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino. Ou seja, trata-se de definições mutáveis, que podem e, por vezes, devem ser alteradas. (p. 97).

Fatores culturais devem ser levados em conta nessa construção, a família é o primeiro grupo social que indivíduo integra, e é aí que tudo começa, pois é nela que se dá a primeira socialização, são perpassadas regras, valores, condutas, que em sua maioria reproduzem o papel maternal da mulher, que fica em casa, cuidando dos afazeres e dos filhos; Assim como o papel paternal do homem, que é o provedor, aquele que busca o sustento da família. Ao ver essa configuração, as crianças e adolescentes podem entender que esse é o modelo que eles adotarão para sua vida, aumentando a possibilidade de replicação no futuro, quando eles formarem suas famílias.

Na escola, o cenário não é muito diferente, e segundo Louro (2011), servindo-se de símbolos e códigos, a escola afasta e institui. Delimita o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Desde mochilas, lancheiras, materiais escolares de uso pessoal, seguem o estereótipo, meninas usam coisas de princesas, unicórnios e muito cor de rosa, meninos aderem aos super-heróis, predominando cores azul e preto. Agora um questionamento: Meninas não podem gostar de super-heróis? Meninos não podem gostar de contos de fadas? Quem estabelece isso?

Os educadores replicam essa diferença de gênero de forma inconsciente, pois é um padrão de comportamento, costumes e valores que estão altamente disseminados na sociedade, mas é importante que se tenha a consciência da necessidade de desconstruir essas formações culturais de gênero, que se impõem à todos e causam problemas, principalmente na vida das mulheres, que sofrem mais impacto das consequências causadas por essa prática.

Na escola, até mesmo os livros didáticos reforçam essa divisão de sexos, sobre isso, Louro (1997) declara que:

Os livros didáticos e paradidáticos, têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos. (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades “características” de homens e atividades de mulheres. [...] A separação de meninas e meninos é, então, muitas vezes estimulada pelas atividades escolares, que divide grupos de estudos ou que propõe competições [...] (p. 74-79).

Ramos (2017), sendo pesquisador homem, experienciou entrar na brincadeira de um grupo de meninas da educação infantil, que brincavam de boneca. Por ser do sexo masculino, usar roupas e ter características físicas correspondentes ao estereótipo estabelecido para homens, as meninas conseguiram identificar o gênero dele e lhe atribuíram o papel de “pai da boneca” e começaram a arrumá-lo, pois na brincadeira ele iria “sair com a namorada”.

Rogério Diniz Junqueira (2015) versa sobre como a escola tem instituído o que ele chama de *pedagogia do armário*, que estabelece um regime de controle e vigilância da conduta sexual, do gênero e das identidades raciais. O pesquisador aponta ainda que:

Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço onde podem ser construídos e experimentados novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento. Mas ela não pode ser convocada a fazer isso sozinha. O Estado e a sociedade precisam envolver-se nisso para que, em vez de fracassos educacionais, dor e violência, passemos a vislumbrar cenários de dignificação da vida (JUNQUEIRA, 2015, p. 41).

Todo esse cenário histórico, familiar e escolar é refletido na atualidade. A inserção de mulheres em diversos ambientes da sociedade foi conquistada aos poucos e com muita luta. No Brasil, apenas em 1988, a igualdade de gênero se conformou com a promulgação da Constituição Federal, que estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. O Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, passou a assegurar o voto feminino no Brasil, mas só em 1934 a Constituição Federal passou a prever esse direito.

Esses fatos só reforçam o quanto é problemático essa questão do sexismo, as mulheres tem dificuldades em ocupar espaços de poder, a não ocupação desses espaços deixa as mulheres fora da elaboração de políticas públicas, o que favorece o enfraquecimento da democracia.

Com a erupção do movimento feminista, as mulheres vem ganhando mais espaços, com muita dificuldade, mesmo enfrentando diversas situações de machismo, mas é importante reconhecer que essa problemática que chega até o sistema político, tem origem histórica, familiar e escolar, que todos contribuem mesmo que de forma inconsciente, para o fortalecendo o patriarcado, o sexismo e o machismo, deixando as mulheres à margem do sistema.



Prado (2017), sobre feminismo e gênero: O feminismo objetiva recriar a identidade de sexo, seja homem ou mulher, não havendo a necessidade de adaptação a modelos hierarquizados, onde as características “femininas” e “masculinas” são pré estabelecidas. Onde meninos possam ser emotivos e ternos sem constrangimentos e as diferenças entre sexos não estabeleçam uma relação de poder.

No Brasil, um caso de feminicídio, que é o assassinato de mulheres em razão de gênero, acontece a cada sete horas. Já os casos de estupros, são cometidos um por minuto, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O machismo e a desigualdade de gênero, intrínsecos em nossa sociedade, praticados o tempo inteiro, mesmo que inconscientemente, culminam em diversos tipos de violência, não limitada a violência física, que é o tipo mais visível. A violência psicológica, sexual, patrimonial e moral também existe e é, em sua maioria, praticada de forma velada, ‘justificada” por um “poder patriarcal” reproduzido por todos.

A naturalização de comportamentos agressivos em detrimento do gênero, principalmente o feminino, é um resultado da reprodução da desigualdade de gênero que se dá historicamente e continuam sendo reproduzidos pela família, escola e educadores, que acabam contribuindo para a insegurança e vulnerabilidade das mulheres em diversos aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto e visando responder a problemática central do presente estudo, pode-se afirmar que sim, a família, a escola e professores contribuem para a manutenção da cultura sexista. Compreende-se que historicamente a mulher é tida como o “sexo frágil”, com atributos sentimentais e emocionais que os meninos são socialmente proibidos de demonstrar. A família proporciona mais liberdade para os meninos, que são livres para experienciar os espaços, enquanto as meninas ganham brinquedos que reproduzem o serviço doméstico. A escola reproduz a violência de gênero desde a separação na educação física em detrimento do sexo, até nos livros didáticos. Mas todos esses agentes, escola, família e professores são vítimas e agressores ao mesmo tempo, pois reproduzem simbolicamente o que o modelo social determina.

A dificuldade encontrada pelas mulheres em adquirir direitos, ocupar espaços e exercer funções é justificada pela sustentação de uma cultura secular, passada de geração em geração, que precisa ser rompida, onde mulheres são tidas como inferiores, incapazes e muito ternas para agir com firmeza e competência, que são atributos tidos como masculinos.



Verifica-se a relevância de pesquisas de gênero e sexualidade, principalmente na infância, que contribuam para visibilizar essas questões, proporcionando uma ruptura dos estereótipos e sexismo disseminados pelos adultos.

Assim, conclui-se que a família e a escola podem tentar agir na contramão dos estereótipos, ajudando na formação de crianças e adolescentes que respeitem os gêneros, aprendendo que mulheres e homens são iguais, não havendo sobreposição de poder do homem. Não é uma tarefa fácil, requer o rompimento de uma estrutura secular, mas é possível através de uma formação contínua, onde as pluralidades, os corpos e as vozes possam ser ouvidas e respeitadas a partir do contexto escola-família, reverberando em uma geração de adultos mais preparados para lidar de forma respeitosa com a diferença de gênero.

REFERÊNCIAS

Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados, Sessões de 1827-1834. Tipographia do Imperial Instituto Artístico, Rio de Janeiro, sessão de 16 jun. 1826, apud H. Safiotti. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.192.)

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Saint-Amand-Montrond, Éditions du Seuil, 1998, p.15.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil**. Revista Pro-Posições, v.14, n.3(42), set./dez. 2003, p.89-101. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/42-dossie-fincod.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário**. *Cult*, São Paulo, ano 18, n. 202, p. 38-41, jun. 2015.



Lei de 15 de outubro de 1827. **Coleções do império do Brasil 1827- parte I.** Rio de Janeiro, 1878. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18351>> Acesso em: 27 mai. 2022.

LEITE, Miriam Moreira. **O relato do marinheiro norte-americano, chamado E. Barra, sobre a educação de meninas órfãs.** Reproduzido por Miriam Moreira Leite em Retratos de família: Leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1993. p. 62.

LOURO, G. L. **Mulheres na sala de aula.** In: PRIORE, Mary Del (Org). História das mulheres no Brasil. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004. P. 371-403.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação- uma perspectiva pós-estruturalista.** 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis: 1997.

MATTIODA, Sonia Regina Griffó. **O processo de formação da identidade de gênero através da literatura infanto-juvenil.** 2007. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss01_07.pdf>. Acesso em 25 mai.

PRADO, Danda. **O que é feminismo?** 8ª Ed. São Paulo: Editora e livraria brasiliense, 2017.

PINA, Rute. BRANDALISE, Camila. Violência contra a mulher. **UOL**, São Paulo, 07, março, 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/03/07/brasil-tem-1-estupro-a-cada-10-minutos-e-1-feminicidio-a-cada-7-horas.htm>> Acesso: mai. 2022.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

RAMOS, J. (Des)encontros de corpos de crianças e adultos nas brincadeiras infantis. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017: Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499466038_ARQUIVO_artigofa_zendogenero.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?lang=pt>> Acesso em: 27 mai. 2022.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVEIRA, D. T. CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica.** In: TOLFO, Denise (Org). Métodos de pesquisa. 1ª. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. P. 31-42. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 27 mai. 2022.

SOARES, C. **A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família.** Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30951>>. Acesso em: 26 mai. 2022.



VIANA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. **Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito.** In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.